



PUC
RIO



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



PRIME
Participatory and Intersectional
Monitoring and Evaluation Hub



rede brasileira
de monitoramento
e avaliação



New
Development
Bank

NOTA CONCEITUAL

Superando a lacuna para o desenvolvimento sustentável

Seminário conjunto da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA), do PRIME Hub do BRICS Policy Center com apoio do Escritório de Avaliação Independente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)

RIO DE JANEIRO, 23 DE OUTUBRO DE 2025

I Seminário de avaliação de intervenções em infraestrutura: **Superando a lacuna para o desenvolvimento sustentável**

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2025



INTRODUÇÃO

Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação

1. A [Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação](#) (RBMA) foi fundada em novembro de 2008. Em 2014, tornou-se uma associação sem fins lucrativos, regida por uma diretoria colegiada e por conselheiros fiscais.
2. A visão da RBMA é que, no futuro, a sociedade brasileira utilize “avaliação e monitoramento como valor e estratégia para aprendizado e tomada de decisão a fim de qualificar instituições, programas e políticas, fortalecendo processos democráticos”. Sua missão é “promover diálogos entre os diversos atores do campo de monitoramento e avaliação, estimulando a disseminação de teorias e práticas cada vez mais relevantes para a sociedade brasileira”. Para tanto, uma das iniciativas da RBMA tem sido realizar seminários em todo o país com o objetivo de promover a troca de experiências, a formação e o diálogo para fomentar a cultura e a prática de avaliação no Brasil.

BRICS Policy Center e PRIME Hub

3. O [BRICS Policy Center \(BPC\)](#) é um think tank independente, apartidário e sem fins lucrativos, vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). O BPC é dedicado a analisar as transformações globais e a contribuir para o debate e a formulação de políticas voltadas à promoção de uma agenda baseada em direitos humanos e à redução da pobreza e das desigualdades, com ênfase nos países BRICS+. O BPC ancora suas reflexões em uma compreensão crítica e multidimensional das assimetrias persistentes no sistema internacional, dos modelos de desenvolvimento em disputa, da reprodução de desigualdades, do agravamento da crise ambiental, das estruturas de governança global e do papel que os países do Sul têm — e podem e devem desempenhar — nesse contexto em evolução.
4. Com o objetivo de desenvolver e promover abordagens participativas, interseccionais e sensíveis a gênero e raça em monitoramento e avaliação, o BPC, por meio do Hub de Monitoramento e Avaliação Participativos e Interseccionais (PRIME Hub), busca integrar as perspectivas de raça, gênero e classe para ampliar a inclusão e o potencial transformador das práticas avaliativas, contribuindo para trajetórias de desenvolvimento mais justas e sustentáveis.

Novo Banco de Desenvolvimento e o Escritório de Avaliação Independente

5. O [Novo Banco de Desenvolvimento \(NDB\)](#) é um banco multilateral criado em 2014 por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e está em operação desde 2015, mobilizando recursos para intervenções de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em mercados emergentes e países em desenvolvimento (EMDCs). Em consonância com os objetivos de desenvolvimento de seus membros e com os



I Seminário de avaliação de intervenções em infraestrutura: **Superando a lacuna para o desenvolvimento sustentável**

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2025

compromissos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris, o NDB prioriza operações de alto impacto que sejam climaticamente inteligentes, resilientes a desastres, tecnologicamente integradas e socialmente inclusivas. O [Escritório de Avaliação Independente \(IEO\)](#) do NDB é responsável por avaliar de forma independente as políticas, estratégias, processos, iniciativas e operações do Banco. O IEO também contribui para e supervisiona a melhoria da eficácia das atividades de garantia de qualidade e autoavaliação do Banco. Em seu Manual de Avaliação, o NDB/IEO busca adaptar práticas de avaliação internacionalmente reconhecidas — do Grupo de Cooperação em Avaliação (ECG) dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG) — ao conhecimento local e às especificidades dos países do Sul Global.

CONTEXTO

6. Nos anos 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/UNDP) destacou a importância de considerar os impactos do desenvolvimento na vida das pessoas. Desde então, cresceu a defesa da participação ativa da sociedade nas decisões sobre intervenções de políticas públicas, especialmente aquelas com impactos ambientais.
7. Paralelamente, a avaliação consolidou-se como um processo sistemático e objetivo de análise da eficácia, impacto, relevância, sustentabilidade e coerência de intervenções — planejadas, em andamento ou concluídas — no campo do desenvolvimento, com o objetivo de extrair lições sobre seu desenho, implementação e resultados (OCDE, 2022).
8. Nos últimos anos, tem havido crescente reconhecimento da necessidade de incorporar a avaliação ao longo de todo o ciclo de vida das intervenções e de incluir a participação de diversos atores sociais nas avaliações. Tal participação amplia a capacidade de profissionais do desenvolvimento e demais partes interessadas de compreender os legados positivos e negativos dos investimentos e de aprimorar as intervenções com base em experiências e evidências concretas “no território”.
9. Experiências recentes no Brasil, como a construção de grandes usinas hidrelétricas, evidenciam a complexidade dos impactos socioeconômicos e ambientais dessas intervenções. Embora existam estudos sobre investimentos em mobilidade urbana, saneamento e soluções energéticas, esses esforços permanecem isolados, carecendo de maior sistematização, profundidade metodológica e integração com as práticas de gestão pública.
10. Além disso, raramente incorporam perspectivas inclusivas, participativas e interseccionais, essenciais para compreender como os impactos são distribuídos de maneira diferenciada entre grupos sociais. Mesmo quando isso ocorre, tais abordagens só serão efetivas se esses princípios estiverem presentes ao longo de

I Seminário de avaliação de intervenções em infraestrutura: **Superando a lacuna para o desenvolvimento sustentável**

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2025



todo o ciclo da intervenção — do planejamento à implementação e à avaliação somativa. Esse desafio é ainda maior em setores que tradicionalmente investem pouco em avaliação e têm pouca experiência acumulada.

11. Diante desse cenário, é urgente criar espaços de reflexão crítica e de compartilhamento de experiências que articulem a avaliação de políticas públicas aos desafios específicos das intervenções em infraestrutura. Este seminário busca contribuir para o desenvolvimento de abordagens avaliativas mais abrangentes, que integrem dimensões territoriais, sociais, econômicas e ambientais, fortalecendo a sustentabilidade de longo prazo e a justiça social.

JUSTIFICATIVA

12. A avaliação desempenha papel essencial no aprimoramento do planejamento, desenho e implementação de políticas públicas, capturando resultados e gerando lições valiosas de experiências passadas para orientar decisões futuras. Para além de qualificar investimentos, fortalece a governança, promove maior transparência, participação social, aprendizado contínuo e mecanismos de financiamento mais responsivos.
13. Integrar a avaliação de políticas públicas aos investimentos em infraestrutura é fundamental para compreender os impactos reais dessas intervenções ao longo do tempo, indo além de análises ex ante de viabilidade e risco. Avaliações em tempo real, de meio termo e ex post podem revelar desafios de processo e efeitos de médio e longo prazo — inclusive consequências não intencionais —, oferecendo um quadro mais completo dos resultados alcançados e de suas contribuições para o desenvolvimento sustentável.
14. Ao adotar práticas avaliativas com abordagens participativas e interseccionais, torna-se possível compreender mais profundamente como as intervenções em infraestrutura afetam de maneira diferenciada mulheres, populações negras e indígenas, grupos de baixa renda e outros segmentos sociais, tornando as intervenções mais inclusivas, responsáveis e responsivas a realidades diversas.
15. Em síntese, integrar a avaliação à política de infraestrutura é indispensável para garantir sua eficácia, eficiência, sustentabilidade e impacto positivo. Enfrentar a lacuna em avaliações ex ante e ex post e construir uma base sólida de conhecimento no setor são passos fundamentais para assegurar que investimentos em infraestrutura promovam, de fato, um desenvolvimento abrangente e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

OBJETIVO GERAL

16. Fomentar a discussão e o desenvolvimento de metodologias e práticas para a realização de avaliações abrangentes de intervenções em infraestrutura, orientadas por uma abordagem interseccional e por princípios de participação e inclusão.



I Seminário de avaliação de intervenções em infraestrutura: **Superando a lacuna para o desenvolvimento sustentável**

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2025

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

17. Os objetivos específicos do seminário conjunto são:

- (i) Analisar e discutir o estado atual das práticas de avaliação de intervenções em infraestrutura no Brasil e, de forma mais ampla, no Sul Global, identificando oportunidades e desafios entre avaliações ex ante, em tempo real e ex post.
- (ii) Debater metodologias adequadas para diferentes tipos de avaliação de intervenções em infraestrutura, considerando seus impactos econômicos, sociais, ambientais e territoriais sob uma lente interseccional.
- (iii) Explorar os desafios de conduzir avaliações em tempo real e ex post, incluindo disponibilidade de dados, engajamento de partes interessadas, definição de indicadores de impacto de longo prazo e atribuição de causalidade.
- (iv) Compartilhar estudos de caso, lições aprendidas e boas práticas na implementação e avaliação de intervenções em infraestrutura, contribuindo para a acumulação de conhecimento no setor, especialmente a partir do Sul Global.
- (v) Discutir o papel de instituições governamentais, bancos de desenvolvimento, academia e organizações da sociedade civil na promoção, participação e condução de avaliações e da implementação.
- (vi) Identificar mecanismos para integrar resultados de avaliação ao ciclo de planejamento e gestão de novas intervenções em infraestrutura e à formulação de políticas públicas.

LOCAL E DATA

18. O seminário terá duração de um dia, **quinta-feira, 23 de outubro de 2025, das 9h00 às 17h00**, no **Rio Data Center** da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PÚBLICO-ALVO

19. Espera-se a participação de aproximadamente **150 pessoas**, incluindo: altas autoridades de órgãos governamentais brasileiros (federais, estaduais e municipais) e de outros países; membros do Conselho do NDB e/ou seus assessores e equipes; representantes de organizações multilaterais, do setor privado, de instituições acadêmicas e de pesquisa, de organizações da sociedade civil; bancos nacionais e estaduais de desenvolvimento no Brasil; e representantes das embaixadas de todos os países BRICS, parceiros dos BRICS e membros do NDB no Brasil. A lista provisória de participantes pode ser consultada no **Anexo 1**.

FORMATO/PALESTRANTES



I Seminário de avaliação de intervenções em infraestrutura: **Superando a lacuna para o desenvolvimento sustentável**

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2025

20. O formato do seminário incluirá palestras magnas e apresentações sobre temas centrais, bem como sessões de painéis interativos.

A agenda provisória pode ser consultada nas páginas 6 a 8.

21. Haverá amplo espaço para interação com os participantes ao longo do seminário, incluindo coffee break e brunch, bem como uma sessão dedicada de **networking profissional** no início do evento.

DOCUMENTAÇÃO

22. Documentos de referência serão disponibilizados eletronicamente aos participantes antes do seminário. Além disso, serão preparados e distribuídos **briefs** específicos por sessão, com uma breve sinopse do tema em discussão e questões-chave a serem abordadas durante os debates.